

## Cenários para o Estado, 2019 – 2025

Calculamos uns cenários para o Estado do RS, fazendo algumas combinações que permitem projetar o resultado orçamentário (receita total menos despesa total), nos diversos anos acima referidos. Não consideramos as operações de crédito e nem a receita de venda de bens patrimoniais, porque a finalidade foi calcular a necessidade de financiamento em cada ano.

Com base na proposta orçamentária para 2018, com alguns ajustes, nas vinculações da receita, e em certos indicadores, constantes da tabela 1, e considerando as vinculações da receita, calculamos os citados resultados, combinando as seguintes possibilidades:

- 1) Não adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RR);
- 2) Adesão ao RRF;
- 3) Manutenção das alíquotas de ICMS majoradas a contar de 2016;
- 4) Manutenção parcial ou não manutenção dessas alíquotas;
- 5) Reajuste salarial pelo IPCA para todos em todo o período;
- 6) Reajuste salarial pelo IPCA para todos somente a partir de 2022.

<b>INDEXADORES</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
PIB -BR	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
PIB-RS	2,5%	2,6%	2,6%	2,6%	2,6%	2,6%	2,6%
IPCA	4,3%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%
PIB-BR nominal	8,6%	8,3%	8,4%	8,4%	8,4%	8,4%	8,4%
PIB-RS nominal	7,7%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%
Precatórios e RPV/RCL-LRF	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Investimentos (IPCA)	4,3%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%
Cresc. Vegetativo folha	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Fonte: Diversas (nas tabelas originais).							
Serviço da dívida: RRF do Estado (STN).							
(*) PIB-RS nominal: $(1+PIB\_rea)*(1+DI\_PIB)$ . $DI\_PIB = IPCA*(1,0075)$							
DI_PIB = deflator implícito do PIB.							

Sempre colocamos as duas opções de adesão ou não ao RRF, embora sabendo que aderir a ele, seja necessário renovar as alíquotas. Fizemos isso para mostrar que, embora o serviço da dívida seja dispendioso, não é ele o

único (nem o maior) culpado pela crise financeira do Estado, como muitos apregoam.

Com base nessas premissas, calculamos cinco cenários, sendo que o de **número 5**, denominado **impensável**, só serve para mostrar a inviabilidade de não renovar as alíquotas de ICMS e, ao mesmo tempo, reajustar os salários pelo IPCA, ambos procedimentos que seriam esperados em condições normais das finanças. Os déficits na hipótese 1 ficam próximos de 20% da RCL, uma situação impossível de suportar.

No final do texto encontram-se todos os cenários.

As últimas causas desse desequilíbrio foram três. A principal foi o grande crescimento da folha de pagamento nos últimos anos, que passou de R\$ 13,4 bilhões em 2010 para R\$ 27,1 bilhões em 2017, ou 102% nominais. A razão dessa expansão foram os altos reajustes concedidos no período 2011-2014, muitos deles estendidos até novembro de 2018. Nesse período, com uma inflação de 27%, a RCL cresceu 40% e a folha, 61%.

Outra causa é o alto e crescente número de aposentadorias, principalmente, numa área fundamental, como na Segurança Pública, que obriga a reposição dos servidores que se inativam, ainda que restem muitas vagas não preenchidas.

Esses dois fatores fizeram a folha da Segurança crescer 59% acima da RCL, comparando-se 2010 com 2017, superando a folha da Educação, historicamente a maior. Contribuiu muito para isso a recessão econômica, o que fez com que nosso PIB de 2018 fosse igual ao de 2011 em termos reais (sete anos antes) e o PIB *per-capita* 9% menor.

Os demais cenários são assim descritos:

#### **Cenário 1 - Conservador**

Este cenário considera a renovação integral e permanente das alíquotas de ICMS e concede para todos os servidores a reposição pelo IPCA em todo o período considerado, conforme determina ao art. 33, § 2º da Constituição estadual. Os déficits nesta hipótese superam R\$ 6 bilhões anuais, reduzindo para menos de R\$ 3 bilhões até 2022, com a adesão ao RRF, passando a crescer após 2023, já em 2024 superando a hipótese de não adesão. A necessidade de financiamento em todo o período será de R\$ 44,4 bilhões na

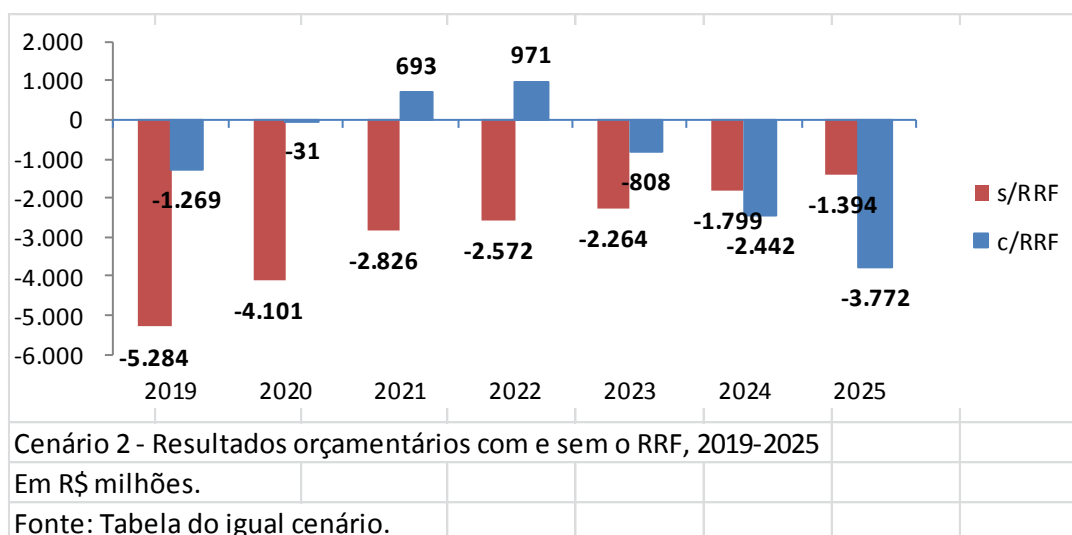
hipótese 1 e de R\$ 30,9 bilhões na hipótese 2. **Trata-se de um cenário inviável**, mesmo que seja o que cumpre a Constituição.

### Cenário 2 – Moderado

Este cenário é o **único viável**, mas prevê renovação de forma integral de permanente das alíquotas do ICMS e não pagamento de reajustes para todos os servidores até 2021. Considera somente o crescimento vegetativo de 3%.

Até 2023 ocorrem dois anos com superávit e nos demais anos os déficits são administráveis. No entanto, a partir de 2023 os déficits reaparecem, chegando a R\$ 3,8 bilhões em 2025. A necessidade de financiamento na hipótese 1 será R\$ 20,2 bilhões e de R\$ 6,6 bilhões na hipótese 2.

O gráfico abaixo ilustra melhor os dados do cenário.



### Cenário 3 – Radical

Este cenário também considera reajustes salariais somente a partir de 2022, também incluindo o crescimento vegetativo de 3%. Propõe a renovação das alíquotas parcialmente, descontando 25%, 50%, 75% e 100%, do valor majorado, respectivamente, nos anos de 2019 a 2022.

Na hipótese 1 (sem adesão ao RRF), os déficits ficam em torno de R\$ 5 bilhões anuais (decrecente em relação à RCL).

Na hipótese 2, os déficits reduzem até 2021, quando atingem R\$ 1,2 bilhão, mas passam a crescer a partir de 2023, ficando insustentáveis, ultrapassando a R\$ 7 bilhões em 2025.

Trata-se de uma hipótese inviável, até porque não estaria dentro dos critérios do RRF, porque não atinge o equilíbrio orçamentário.

#### **Cenário 4 – Ultraradical**

Neste cenário não há renovação das alíquotas de ICMS e os reajuste salariais somente a partir de 2022. O déficit começa com mais de R\$ 7 bilhões em 2019, descendo para mais de R\$ 6 bilhões no ano seguinte, permanecendo em torno de R\$ 5 bilhões nos demais anos. Mesmo com adesão ao RRF os déficits ficam altos e crescem sensivelmente a partir de 2023.

## **2. Possíveis compromissos de curto prazo**

Além do fluxo normal, há ainda os compromissos de curto prazo (passivo financeiro), na ordem de R\$ 40,9 bilhões. Retirando-se o caixa único, os depósitos judiciais e mais alguns itens, restam R\$ 6,255 bilhões, que dificilmente poderão deixar de ser pagos no curto prazo (tabela 2).

Tabela 2. Possíveis compromissos de curto prazo	
Descrição	R\$ milhões
Fornecedores	653
Restos a pagar processados	692
SIAC: empresas e fundos	2.146
Obigações do SIAC a pagar	1.364
13° do Poder Executivo	1.400
<b>Total</b>	<b>6.255</b>
Fonte: Balanço do Estado, p.77 e 81.	
Exceto: Saques caixa único (R\$ 17,5 bi) e depósitos judiciais (10,7 bi).	
(RRF - Cenários para 2019-2022/Passivos estaduais/C108).	

## Conclusão

Somente a concretização de quatro iniciativas pode evitar o grande debacle no próximo período governamental. São elas:

- Adesão ao RRF;
- Renovação integral das alíquotas de ICMS;
- Não concessão de reajustes para nenhuma categoria até 2021;
- Obter receitas extras, sejam elas decorrentes de privatização ou de operações de crédito. **Só o cenário 2 viabiliza o Estado.**

Sem o RRF, o Estado do RS será a Grécia do Brasil!

Com ele, no entanto, não é garantia de sucesso futuro. Sem ajuste fiscal rigoroso e crescimento econômico maior que o considerado, o déficit de 2025 volta a ser alto, em torno de R\$ 4 bilhões, a preços correntes desse ano.

Tudo isso, sem considerar o passivo de curto prazo.

Repetindo mais uma vez a afirmação já feita: O Rio Grande do Sul é um doente em estado terminal. Se não tomar o remédio (aderir ao RRF), morre, inevitavelmente. Se tomar poderá morrer ou não, mas para não morrer precisa continuar com adequado, que deve ser ajuste rigoroso.

## CENÁRIOS

CENÁRIO 1 - CONSERVADOR									
RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS									
ALÍQUOTAS DO ICMS: RENOVAÇÃO TODO O PERÍODO.									
PESSOAL: VEGETATIVO MAIS IPCA TODOS OS ANOS.									
Em R\$ MILHÕES CORRENTES					NÃO CUMULATIVOS				
HIPÓTESES	ADESÃO AO RRF* QTO. À DÍVIDA	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
HIPÓTESE 1	NÃO	-6.424	-6.413	-6.427	-6.429	-6.395	-6.224	-6.133	-44.445
HIPÓTESE 2 (*)	SIM	-2.409	-2.343	-2.908	-2.887	-4.939	-6.867	-8.512	-30.863
HIPÓTESE 1/RCL		-15,2%	-14,2%	-13,3%	-12,4%	-11,5%	-10,4%	-9,6%	
HIPÓTESE 2/RCL		-5,7%	-5,2%	-6,0%	-5,6%	-8,9%	-11,5%	-13,3%	

Fonte: Cálculos próprios com base em dados do balanço do Estado e RRF do Estado (STN).  
(\* ) RRF - Regime de Recuperação Fiscal.  
(Projeções estaduais versão 03/05/Cenários\_Síntese).

CENÁRIO 2 - MODERADO									
RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS									
ALÍQUOTAS DO ICMS: RENOVAÇÃO TODO O PERÍODO.									
PESSOAL: VEGETATIVO, MAIS IPCA SOMENTE DE 2022 EM DIANTE.									
VALORES EM R\$ MILHÕES CORRENTES					NÃO CUMULATIVOS				
HIPÓTESES	ADESÃO AO RRF* QTO. À DÍVIDA	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
HIPÓTESE 1	NÃO	-5.284	-4.101	-2.826	-2.572	-2.264	-1.799	-1.394	-20.240
HIPÓTESE 2 (**)	SIM	-1.269	-31	693	971	-808	-2.442	-3.772	-6.658
HIPÓTESE 1/RCL		-12,6%	-9,1%	-5,9%	-5,0%	-4,1%	-3,0%	-2,2%	
HIPÓTESE 2/RCL		-3,0%	-0,1%	1,4%	1,9%	-1,5%	-4,1%	-5,9%	

Fonte: Cálculos próprios com base em dados do balanço do Estado e RRF do Estado (STN).  
 (\*) RRF - Regime de Recuperação Fiscal.  
 (Projeções estaduais versão 03/05/Cenários\_Síntese).

CENÁRIO 3 - RADICAL									
RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS									
ALÍQUOTAS DO ICMS: RENOVAÇÃO, DESCONTANDO 25%, 50%, 75% E 100% (**)									
PESSOAL: VEGETATIVO, MAIS IPCA SOMENTE DE 2022 EM DIANTE									
VALORES EM R\$ MILHÕES CORRENTES					NÃO CUMULATIVOS				
HIPÓTESES	ADESÃO AO RRF* QTO. À DÍVIDA	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
HIPÓTESE 1	NÃO	-5.831	-5.277	-4.722	-5.290	-5.186	-4.940	-4.770	-36.017
HIPÓTESE 2 (**)	SIM	-1.816	-1.207	-1.203	-1.747	-3.730	-5.583	-7.149	-22.435
HIPÓTESE 1/RCL		-14,1%	-12,1%	-10,2%	-10,9%	-9,9%	-8,8%	-7,9%	
HIPÓTESE 2/RCL		-4,4%	-2,8%	-2,6%	-3,6%	-7,1%	-10,0%	-11,9%	

Fonte: Cálculos próprios com base em dados do balanço do Estado e RRF do Estado (STN).  
 (\*) RRF - Regime de Recuperação Fiscal.  
 (Projeções estaduais versão 03/05/Cenários\_Síntese).

CENÁRIO 4 -ULTRA- RADICAL									
RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS									
ALÍQUOTAS DO ICMS: NÃO RENOVAÇÃO									
PESSOAL: VEGETATIVO, MAIS IPCA SOMENTE DE 2022 EM DIANTE.									
VALORES EM R\$ MILHÕES CORRENTES					NÃO CUMULATIVOS				
HIPÓTESES	ADESÃO AO RRF <sup>d</sup> QTO. À DÍVIDA	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
HIPÓTESE 1	NÃO	-7.472	-6.453	-5.355	-5.291	-5.187	-4.940	-4.771	-39.469
HIPÓTESE 2	SIM	-3.457	-2.383	-1.835	-1.748	-3.730	-5.584	-7.150	-25.887
HIPÓTESE 1/RCL		-18,8%	-15,2%	-11,8%	-10,9%	-9,9%	-8,8%	-7,9%	
HIPÓTESE 2/RCL		-8,7%	-5,6%	-4,0%	-3,6%	-7,1%	-10,0%	-11,9%	
Fonte: Cálculos próprios com base em dados do balanço do Estado e RRF do Estado (STN).									
(*) RRF - Regime de Recuperação Fiscal.									
(Projeções estaduais versão 03/05/Cenários_Síntese).									

CENÁRIO 5 -IMPENSÁVEL									
RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS									
ALÍQUOTAS DO ICMS: NÃO RENOVAÇÃO									
PESSOAL: VEGETATIVO, MAIS IPCA EM TODOS OS ANOS.									
VALORES EM R\$ MILHÕES CORRENTES					NÃO CUMULATIVOS				
HIPÓTESES	ADESÃO AO RRF <sup>d</sup> QTO. À DÍVIDA	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
HIPÓTESE 1	NÃO	-8.750	-9.045	-9.392	-9.616	-9.819	-9.903	-10.087	-66.613
HIPÓTESE 2	SIM	-4.734	-4.975	-5.873	-6.073	-8.363	-10.547	-12.466	-53.031
HIPÓTESE 1/RCL		-22,0%	-21,3%	-20,7%	-19,7%	-18,8%	-17,7%	-16,8%	
HIPÓTESE 2/RCL		-11,9%	-11,7%	-12,9%	-12,5%	-16,0%	-18,8%	-20,8%	
Fonte: Cálculos próprios com base em dados do balanço do Estado e RRF do Estado (STN).									
(*) RRF - Regime de Recuperação Fiscal.									
(Projeções estaduais versão 03/05/Cenários_Síntese).									

## Referências bibliográficas

<https://estado.rs.gov.br/novas-aliquotas-de-icms-passam-a-vigorar-em-1-de-janeiro>. Acesso em 21/06/2018.

Secretaria da Fazenda. CAGE - Balanços do Estado do RS – diversos anos.

STN – Plano de Recuperação Fiscal do Estado do RS.

Santos – Darcy Francisco Carvalho dos e outros. O Rio Grande tem saída?

Porto Alegre, 21/06/2018.